

Identidade e Trabalho: um estudo de caso *

Maria de Fátima Santos
UFPE

Eunice Alves dos Santos
Bolsista IC do CNPq

RESUMO

SANTOS, M. de F. e SANTOS, E.A. dos *Identidade e trabalho: um estudo de caso. Estudos de Psicologia, 10(2):57 - 72, 1993*

Foi investigada, através de uma abordagem biográfica, a influência do papel profissional sobre a identidade do sujeito. A escolha de um papel profissional enquanto fonte de investimento está estreitamente ligada à possibilidade de satisfação de algumas necessidades fundamentais do sujeito. Assim sendo, o estudo da relação social-identidade deve ser feito tendo como base a articulação entre as características sociais do papel em questão e a história do sujeito considerando suas necessidades, desejos e conflitos. Através de entrevistas e do uso do TAT (Teste da Apercepção Temática) buscou-se articular os fatores sociais e de personalidade na tentativa de compreensão da relação identidade e trabalho. Apresenta-se um dos cinco casos estudados na pesquisa, qual seja, o de uma mulher de 63 anos, zeladora de uma escola pública.

Key words: *papéis profissionais; identidade pessoal; metodobiográfico*

Este artigo baseia-se nos resultados de uma pesquisa intitulada Identidade e Trabalho (Santos, 1989) na qual foi investigada, através de uma abordagem biográfica, a influência do papel profissional sobre a identidade do sujeito.

Neste estudo foram investigados cinco sujeitos, entre os trabalhadores empregados na cidade do Recife. Três dentre estes sujeitos eram do sexo feminino, sendo que dois exerciam profissões não especializadas enquanto o terceiro exercia profissão especializada. Os outros dois sujeitos eram do sexo masculino e ambos exerciam profissões que exigiam o nível superior de escolaridade. Todos foram submetidos a uma entrevista, ao Inventário de Identidade Psico-social de Zavalloni (1979) e à algumas lâminas do TAT.

(*) Esta pesquisa foi desenvolvida com o apoio do CNPq entre 1987-1989.

O interesse por esta área surgiu como um prolongamento de uma tese de doutorado (Santos, 1986) sobre as conseqüências da aposentadoria na identidade do sujeito.

Nesta ocasião, trabalhou-se com a hipótese geral de que a aposentadoria provoca uma crise de identidade pessoal. Se esta crise atinge a identidade do sujeito é porque **a identidade é construída sob a influência do papel profissional** devido a valorização deste papel nas sociedades industriais modernas.

Foram entrevistados 100 sujeitos aposentados, sendo 50 do sexo masculino e 50 do sexo feminino. Entre eles, havia aposentados por invalidez, por tempo de serviço e por aposentadoria compulsória. Os sujeitos eram todos da zona urbana e de profissões que exigiam diferentes níveis de escolaridade.

Os resultados obtidos demonstraram que a situação econômica dos sujeitos tinha forte influência sobre a relação que eles estabeleciam com o papel profissional. Partindo-se da situação de trabalho em termos de acesso ao poder, ao reconhecimento e à auto-valorização, pode-se sustentar a hipótese de que a identidade pessoal é profundamente influenciada pelas desigualdades sociais existentes. Porém, é preciso acrescentar que, em condições materiais semelhantes, as relações entre o sujeito e o papel profissional dependem do conjunto de recursos de poder, de autovalorização e auto-reconhecimento dos quais os sujeitos dispõem no universo ao qual pertencem. Estas diferentes ligações com o mundo do trabalho são evidenciadas no momento da aposentadoria. A crise a que alguns sujeitos são submetidos no momento da perda do papel profissional questiona as dimensões da identidade pessoal construídas na dependência da identidade sócio-profissional, quer por necessidade de sobrevivência, quer por razões extra-econômicas. Os sujeitos originários de camadas desfavorecidas **superinvestem** em seus papéis profissionais enquanto fonte de renda e de engajamento social. Eles não tinham outras fontes de investimento fora do trabalho. Este parecia ser o único meio possível e valorizado de provocar uma mudança social.

Com relação aos sujeitos de camadas sociais mais favorecidas pode-se observar dois tipos de comportamentos:

- de um lado, os sujeitos que superinvestem no papel profissional por razões extra-econômicas (como por exemplo, fonte de poder, de prestígio) tornando-o um componente de base de sua identidade.

- de outro lado, os sujeitos para quem o papel profissional não foi a atividade primordial em suas vidas. Ele parece representar uma fonte econômica e uma atividade de engajamento social sem que tenha tomado as

dimensões do grupo anterior. Neste caso, a aposentadoria é vivida como o começo de uma nova vida, de modo mais livre.

Estes resultados demonstram a influência da situação econômica do sujeito na sua relação com o trabalho e apontam também para a importância de sua implicação no papel profissional. Observe-se, por exemplo, a existência de dois grupos que, apesar de viverem uma mesma posição sócio-econômica, investem de forma diferente no papel profissional. Sem dúvida, a variável sexo foi de grande importância na existência de tais resultados. Entre os sujeitos com situação sócio-econômica mais favorecida, o grupo que não tinha o papel profissional como primordial em sua vida era formado predominantemente por mulheres. Isto parece ser consequência das diferentes ênfases no processo de socialização dos indivíduos de sexo masculino e feminino. Enquanto os homens são socializados para o "domínio público", para usar a expressão de Salem (1980), as mulheres têm nos seus processos de socialização a ênfase no "domínio privado" (Salem, 1980). Assim sendo, o papel profissional parece ser um componente de base da identidade masculina, enquanto a formação da identidade feminina parece sofrer maior influência dos papéis ligados à família (mãe / esposa / dona de casa). Esses resultados foram também encontrados por Woods & Witte (1981), nos Estados Unidos, onde a divisão dos papéis masculinos e femininos são semelhantes aos da sociedade brasileira.

Esta análise parece confirmar o peso de certos aspectos da socialização, de certos valores sociais que são transmitidos e que vão influenciar a relação que o sujeito estabelece com o papel profissional.

No entanto, no estudo sobre a aposentadoria, é também importante observar a existência de mulheres entre os sujeitos em crise, assim como de homens que não estavam em crise. Apesar do número desses sujeitos não ser significativo com relação à população estudada naquela ocasião, eles chamam a atenção. Se esses sujeitos foram submetidos ao mesmo sistema de valores, são de uma mesma geração e de uma mesma sociedade, o que então os diferencia da média? É preciso então analisar outras variáveis que estão em jogo, e compreender os mecanismos pessoais utilizados numa mesma situação.

Neste sentido, uma outra questão se impõe. A análise quantitativa dos dados apresenta certos limites. Tal procedimento permite estabelecer os grupos e o grau de significância das variáveis estudadas. Contudo, não pode considerar a dinâmica pessoal do sujeito. Pode-se constatar, por exemplo, que em cada grupo havia sujeitos que, ainda que representativos de um determinado nível de vivência da aposentadoria, apresentavam respostas inferiores à mediana, no que concerne às variáveis independentes. Estas diferenças pareciam estar ligadas às características da personalidade dos

sujeitos, merecendo, portanto, aprofundamento, para melhor se compreender os fatores individuais que são influenciados e que, ao mesmo tempo, influenciam o comportamento social. O estudo dos mecanismos adaptativos empregados pelos sujeitos em face dos conflitos ideológicos pode assim evidenciar não apenas as alternativas de conduta oferecidas pela sociedade, como também o processo individual de harmonização entre o Eu, o Outro e as Instituições.

Como afirma Rocheblave-Spenlé (1969) os papéis sociais, que são modelos de conduta, "não teriam nenhuma eficácia nem mesmo nenhuma realidade, se não fossem assumidos por indivíduos concretos em situações de interação" (p.239). Ao representar um papel o sujeito não apenas modifica e enriquece esse papel mas se transforma em contato com ele.

Os papéis são prescritos a partir de uma determinada estrutura social, que desenvolverá certos mecanismos de pressão e de sanções para que o indivíduo represente os papéis que ela determina e do modo como ela os determina, numa gama de comportamentos possíveis. O indivíduo, enquanto membro do grupo social, deve interiorizar os papéis e as sanções sociais ao longo do processo de socialização. O comportamento humano é o resultado das demandas e pressões sociais assim como da capacidade individual de resolver (e/ou conviver com) os conflitos provocados por tais exigências. Estas podem ser contraditórias a nível dos papéis em si ou a nível da relação entre os papéis e as necessidades e motivações individuais. O ator/autor social deverá então utilizar as oportunidades na tentativa de estabelecer seu equilíbrio em um ambiente social complexo.

Já em 1949, Lagache afirmava: "... o que quer que seja, a personalidade não compreende apenas um aspecto social, mas mesmo sua parte mais privada, o si, desde o início, sob a influência das contribuições sociais já que ele resulta em parte das primeiras interações da criança, isto é, dos primeiros papéis aprendidos. Esses papéis foram interiorizados pelo indivíduo e determinam seu modo de reagir às situações e aos papéis aprendidos anteriormente". Logo, é a partir do processo de socialização que o sujeito, através da assimilação e da interiorização de papéis sociais, começa a formar uma concepção de si.

Segundo Mead (1934), através da mediação do outro, o sujeito aprenderá a significação dos seus gestos, isto é, a resposta que seus gestos suscitam no outro. Para que isto seja possível, o sujeito deverá adotar o papel do outro percebendo a si mesmo do ponto de vista do outro. É preciso então "se colocar no lugar do outro" e prever, de certo modo, sua reação ao gesto. É a partir desse jogo que o sujeito consegue, pouco a pouco, elaborar um sistema de crença e de atitude relativos a si mesmo, isto é, uma concepção

de si. "O modelo exterior torna-se então um modelo interior" (Rocheblave-Spenlé, 1967, p. 283).

No entanto, a personalidade não é apenas um reflexo social. Ela não pode ser reduzida às atividades prescritas. É preciso que haja um **sujeito** (um EU, segundo Mead) para escolher as prescrições, já que podem ser contraditórias. O indivíduo torna-se pessoa, logo sujeito, nas trocas entre o organismo e seu ambiente social. Se se quer estudar o sujeito é preciso sempre se levar em conta sua posição e sua história com relação a seu grupo social.

Segundo Rocheblave-Spenlé (1967, p. 297), "a influência do papel sobre a personalidade obedece então a fatores muito complexos. Ela só poderá ser elucidada, em cada caso particular, por um estudo aprofundado que leve em consideração tanto o papel em si mesmo como as características pessoais, as necessidades e motivações do indivíduo"

Embora os papéis sociais exerçam uma ação uniformizante sobre os indivíduos, no sentido de incentivar um comportamento único e conformista, para que os sujeitos apreendam o papel e o elejam como objeto de investimento pessoal, é necessário que o papel em questão tenha para ele uma função importante e satisfaça algumas de suas necessidades fundamentais. Adotar um papel significa adotar um certo número de valores, assumir certos comportamentos para responder às expectativas do outro e ser assim reconhecido. Logo, na medida em que o sujeito assume um papel, ele se define com relação ao outro e com relação a si mesmo. Ele adota certas maneiras de ser a partir das quais ele constrói a sua identidade.

Se a escolha de um papel enquanto objeto de investimento está estreitamente ligada à possibilidade de satisfação de algumas necessidades fundamentais do sujeito, o estudo da relação papel social-identidade deve ser feito tendo como base a articulação entre características sociais do papel em questão e a história do sujeito considerando suas necessidades, desejos e conflitos.

Considerou-se neste trabalho que a identidade implica num sentimento de unidade pessoal, de permanência e de reconhecimento do grupo social (Tap, 1979). No entanto, não basta que o indivíduo tenha apenas esse sentimento de unidade e de permanência. Ele deve valorizar a si mesmo. A identidade consolida-se na percepção que tem o sujeito de seu poder sobre si mesmo, sobre os outros e sobre os acontecimentos.

Esta definição de identidade impõe a questão da articulação destas dimensões com os processos sociais vividos pelo sujeito. Se a identidade se institui enquanto **valor**, isto é, se a pessoa desenvolve-se na aceitação e no reconhecimento do outro e se ela tem necessidade de experimentar seu próprio poder, como estes sentimentos e estas necessidades são traduzidas

no jogo social? Como afirma Sainsaulieu (1985, p. 319) "se existe identidade pessoal é porque existe reconhecimento do outro, porém este reconhecimento não é necessariamente dado, ele se inscreve num jogo de forças sociais." O que a identidade retém destes jogos sociais? Como ela se estrutura e se mantém em relação aos processos sociais que lhe são anteriores e que se impõe como quadro de referência?

Neste jogo, os papéis sociais têm uma importância fundamental na medida em que eles são elementos que caracterizam a identidade do outro e do lugar do sujeito no grupo social. Entre esses papéis sociais, o papel profissional ocupa um lugar privilegiado. O valor do trabalho está no centro da sociedade de produção. Considerando-se esse lugar privilegiado reservado ao trabalho, pode-se colocar a questão de como o papel profissional se inscreve na identidade do sujeito.

Se se considera que o sujeito é, durante os períodos de infância e de adolescência, preparado para exercer um papel profissional que será representado durante a maior parte da vida adulta, pode-se deduzir que a influência deste papel sobre o sujeito ultrapassa a atividade de trabalho propriamente dita. Assim, como se institui a identidade no mundo do trabalho? Como serão traduzidas as necessidades de aceitação, de poder, o sentimento de unidade numa situação social que privilegia a competição, a produção? Como pode o sujeito conciliar estas necessidades contraditórias?

Diversos autores (Moscovici, 1984; Tap, 1979; Malrieu, 1982; Sainsaulieu, 1985) têm sido unânimes em afirmar a necessidade de se considerar tanto a importância dos processos sociais na construção da subjetividade, quanto os fatores de personalidade envolvidos neste processo. Eles alertam para o perigo de psicologizar-se o social, assim como de sociologizar-se o psicológico. Tanto um como outro desses fenômenos resultariam de visões simplistas e reducionistas sobre a questão da subjetividade. Na prática porém, sempre nos vimos tentados a dar uma maior ênfase a um desses dois extremos. A dificuldade de compreender dialeticamente os processos de construção da subjetividade se torna maior quando saímos do discurso teórico para a tentativa de compreensão de situações específicas e concretas.

Neste estudo, procurou-se estar bastante alerta, durante toda a análise, para não incorrer neste mesmo erro, e assim articular os fatores sociais e de personalidade na compreensão das relações entre Identidade e Trabalho.

METODOLOGIA

A escolha de métodos e técnicas de investigação científica é uma decorrência do objeto de estudo em questão e da hipótese levantada num determinado momento. Uma abordagem biográfica constitui assim um campo de investigação extremamente rico e dinâmico na medida em que "seu interesse não é a individualidade enquanto tal, mas o que é suscetível de constituir as mediações entre as diversas instâncias da vida social e os comportamentos individuais (Grisez, 1975, p. 127). Para retomar a expressão de Clapier-Valladon (1982) a pessoa é considerada aqui como refletindo seu tempo e seu ambiente. Assim, os estudos biográficos situam-se na intersecção dos dois planos da existência, o individual e o social. A riqueza do material aí obtido consiste exatamente nessa relação permanente entre o eu e o outro. Tenta-se apreender como o mundo social objetivo torna-se um mundo subjetivo através da apropriação do sujeito que lhe dá uma série de significados individuais.

Essa abordagem na produção do conhecimento científico implica num estudo exaustivo das características psicossociais dos sujeitos sendo, por conseqüência, impossível trabalhar-se com uma amostra significativa da população. Os sujeitos foram escolhidos entre a população empregada na cidade do Recife e tinham em comum apenas o fato de ser empregados assalariados na zona urbana.

Face aos objetivos aqui propostos, este estudo foi realizado em dois tempos, utilizando-se diferentes técnicas de investigação:

1 - Entrevista e Inventário de Introspecção Focalizada - em um primeiro momento foi realizada uma entrevista cujo roteiro constava de trinta e uma questões abertas com o objetivo de colher dados sobre a vida do sujeito, sua trajetória profissional, suas atividades de lazer e os motivos que o levaram à escolha da profissão que exercia. Logo em seguida aplicava-se o Inventário de Introspecção Focalizada que visa "analisar como o fato de pertencer a determinados grupos (nação, classe social, etc.) é suscetível de afetar a percepção de si e os valores pessoais e vice-versa" (Zavalloni, 1973). Este inventário combina associações livres com uma técnica de introspecção focalizada.

2 - Teste de Apercepção Temática de Murray (TAT) - em um segundo momento utilizou-se este teste projetivo com o objetivo de compreender os conflitos mais profundos da personalidade e os mecanismos adaptativos utilizados pelo sujeito em sua relação com o outro e as instituições sociais. A escolha do TAT baseou-se no fato de ser um teste mais estruturado onde predominam cenas da vida cotidiana, permitindo assim a manifestação das

formas de relacionamento humano e institucional vividas pelo sujeito e das dificuldades que ele experimenta nesta área. Como a utilização de tais técnicas visavam a obtenção de dados sobre a vivência consciente e inconsciente do sujeito que pudessem explicar sua relação com o papel profissional, decidiu-se utilizar apenas uma parte do TAT (seis das dez lâminas utilizadas normalmente). Escolheu-se então aquelas lâminas que mobilizavam conteúdos ligados à realização (e/ou fracasso) profissional e pessoal (lâminas 1, 2, 3RH, 5, 9MF/8FH e 16). A escolha das lâminas a serem utilizadas foi baseada nas respostas banais da padronização feita por Guerra (1984) para a cidade do Recife.

Após a obtenção dos dados, cada sujeito foi analisado separadamente, buscando-se compreender seus investimentos profissionais à luz de sua história de vida, sem perder de vista o fato de que essa história se inscreve num contexto social mais amplo. O caso de Maria reflete essa perspectiva.

MARIA - Alguns dados de sua História.

Maria tem 63 anos de idade e trabalha como Zeladora/Merendeira em uma escola pública. Estudou até a 3ª série primária e trabalha há 45 anos. Filha de uma empregada doméstica, foi criada na casa de uma família na qual sua mãe trabalhava. De fato, a mãe de Maria foi dada a esta família para ser criada em troca do serviço doméstico. "Minha mãe não via dinheiro. Era o tempo dos escravos de casa. Ela morava lá, trabalhava, mas não via dinheiro. Às vezes era um corte de tecido, outras vezes um sapato, mas não tinha dinheiro. Eu fui criada assim". Sua infância foi, segundo suas próprias palavras, "muito dura". Refere-se constantemente ao fato dos "pais de criação" terem sido muito rígidos com ela, ameaçando-a sempre de surras. Eram eles os responsáveis por sua educação, enquanto sua mãe não tinha nenhuma interferência.

Sua infância parece ter se desenvolvido de forma tão ambivalente quanto a sua posição dentro da família. Ao mesmo tempo em que os padrões eram responsáveis por sua educação como se ela tivesse sido adotada por eles, assumindo portanto a posição de filha do casal, ela era obrigada a fazer os serviços domésticos desempenhando assim o papel de empregada da família.

Os valores e aquisições de uma família com situação sócio-econômica favorecida parecem entrar em conflito com os valores e limitações do grupo social ao qual ela pertencia de fato. Isso se reflete na resposta de Maria com relação a sua **melhor** lembrança de infância. Ela faz referência a uma

lembança **desagradável**: o seu desejo de ganhar no Natal uma boneca igual aquela de uma menina amiga da família que a criou. Durante vários anos ela esperou o presente mas nunca ganhou pois, segundo suas próprias palavras, "nunca tive direito".

Sua infância parece ter transcorrido em meio a grandes dificuldades, tanto do ponto de vista material, quanto do ponto de vista afetivo. A mãe é lembrada como omissa em sua educação, o pai é completamente ausente, e os pais/patrões são referidos como "rígidos", "duros". Maria nega a existência de qualquer lembrança agradável neste período. Seu relato é emocionado, chegando algumas vezes a chorar quando refere-se às dificuldades de sua infância.

Demonstra um certo ressentimento pela figura materna ao referir-se a sua condição de filha adotiva / empregada, acrescentando que por este motivo nunca daria um filho seu. "Me casei e achava que nunca daria um filho meu a ninguém. E graças a Deus criei tudinho"

Aos 18 anos Maria casou-se levando consigo sua mãe e sua irmã. "Quando eu casei levei mãe comigo. Levei minha irmã também. Eles [os patrões] não queriam deixar e eu fugi com ela". É interessante observar que os patrões aparecem aqui como donos do sujeito impossibilitando as decisões tomadas com relação a sua própria vida. Voltando às suas palavras "era o tempo dos escravos de casa".

Maria teve 7 filhos, adotou uma menina e mais tarde criou uma neta. "Criei dois e nunca disse que era filho de criação. Uma soube antes de casar. Disseram a ela. Outra pessoa disse. Mas eu não. Eu tenho esse respeito. Se eu dissesse ela pensava que eu estava desprezando. E eu gosto tanto dela que a senhora não pode imaginar". Mais uma vez não estaria o sujeito falando do seu ressentimento com relação a sua mãe que a "desprezara" e com relação aos "pais de criação"/patrões que não a trataram como filha?

A família parece ter uma importância fundamental para o sujeito aparecendo como local prioritário para seu investimento afetivo. Relata as dificuldades por que passou para criar seus filhos e dar-lhes uma boa formação escolar. Ela afirma que "lutou muito" para que eles estudassem, "pra não ser igual a mim. Porque, a senhora sabe, quem não sabe ler, que Deus me perdoe!, é uma doença". A formação representa para ela a única possibilidade de ascensão social, daí o seu esforço para proporcionar aos filhos e netos um certo nível de escolaridade que os permita sair das dificuldades econômicas nas quais ela viveu. Acrescente-se a isto a pouca valorização, percebida por Maria, das atividades profissionais que não exigem uma formação acadêmica.

A criação dos filhos ficou a cargo de Maria, uma vez que, após 8 anos de casada, seu marido sofreu um acidente de trabalho que o deixou totalmente paralítico vindo a falecer 10 anos depois.

Vida Profissional

Após 1 ano de casada, Maria precisou trabalhar para completar a renda familiar, já que seu marido era marceneiro e sua renda era insuficiente. Ela então passou a lavar roupas para outras famílias. Fazia esse trabalho em casa o que, segundo ela, tinha a vantagem de poder conciliar o trabalho com as tarefas domésticas e, sobretudo, com a educação dos filhos. "Trabalhava em casa, não deixava os filhos soltos na rua, nem com ninguém. Eu mesmo cuidava deles, dava comida. A gente em casa cuida, vê o que eles comem, se tá doente".

No entanto, parece que esta atividade remunerada foi vivida por Maria como algo vergonhoso e humilhante. Ela afirma que só trabalhava após colocar os filhos para dormir, quando então fechava a casa para que os vizinhos não a vissem trabalhando.

Após alguns anos, com a paralisia do seu marido, Maria teve que assumir sozinha a responsabilidade da manutenção da família. Consegue então um emprego como zeladora de uma escola pública, função que exerce até hoje no mesmo colégio, ao qual ela se refere como sendo seu 1º trabalho (trabalhar parece ser para ela uma atividade extra-doméstica com a carteira profissional assinada). Seu trabalho consiste em preparar e servir a merenda escolar além do serviço de limpeza.

Refere-se a essa atividade como algo cansativo e causador de inúmeros problemas de saúde, fonte de degradação física. Considera-se cansada e doente para cumprir as tarefas que lhe são exigidas. "Nesta idade, acho pesado, não faço como fazia antes. Gostava de limpar tudo, deixar tudo limpinho, mas hoje não posso. Não agüento. Aí me aperreio porque não faço as coisas do mesmo jeito, não cumpro direito minha obrigação" (...) "Trabalho já não é mais pra mim. Já sinto muito cansaço". Trabalho, cansaço e doença parecem estreitamente ligados para Maria atualmente, gerando sentimentos de impotência.

Além disso, mais uma vez, o trabalho exercido por ela é vivido como fonte de humilhação ("Tem gente que humilha a gente só porque tem uma função melhor"; "Nós zeladores somos desprezados por alguns (...) às vezes as pessoas pensam que a gente não é gente"). Ela não parece encontrar satisfação no tipo de trabalho que exerce. Sendo uma atividade socialmente desvalorizada, Maria é obrigada a confrontar-se cotidianamente com um não reconhecimento do outro, o que parece suscitar sentimentos de auto-desvalorização. Coerentemente, a vantagem que ela vê em seu trabalho é o fato

deste lhe possibilitar uma independência econômica, além do bom relacionamento que afirma manter com algumas pessoas. No entanto, mesmo essas duas vantagens (que são extrínsecas à atividade que exerce) são percebidas de forma ambivalente. Maria refere-se várias vezes ao fato de ter salário insuficiente para ajudar financeiramente seus filhos e manter um dieta adequada para a sua idade tendo em vista seus problemas de saúde.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que afirma gostar dos colegas de trabalho e sentir-se bem em seu ambiente profissional, ressalta seus sentimentos de desvalorização pessoal, de humilhação suscitados pela relação com alguns desses colegas.

O trabalho parece representar uma atividade desagradável, forte impotência e desvalorização, a qual ela precisa conformar-se para sobreviver e obter sua independência financeira. Assim, os ganhos obtidos são extrínsecos à atividade realizada. O trabalho é apenas um meio desagradável para atingir um fim desejado. Quando foi solicitado a Maria que "dissesse a primeira coisa que lhe vinha à cabeça quando se diz a palavra trabalho", ela afirmou: "Sobrevivência. Se não trabalho, não posso ter. Não dependo de ninguém (...). O trabalho é importante pra gente ser independente. Agora já tô cansada".

De modo coerente com sua vivência do papel profissional, os projetos de Maria atualmente giram em torno da aposentadoria. "Meu maior desejo é me aposentar. Tô muito cansada, doente. Vejo meus filhos trabalhando, os netos sem lugar para ficar. Um dia na casa de um, outro dia na casa de outro. Uma criança sem lugar. Chega na casa deles de noite, correndo. Assim, se eu me aposentar, pelo menos eles têm uma casa pra ficar. Um lugar certo. Queria servir ao que é meu".

A aposentadoria representa para o sujeito, o momento de libertar-se de uma atividade cansativa, exterior a ela, para poder investir em sua família ("servir ao que é meu"), dando aos netos a assistência que não pode dar aos filhos. Referindo-se ao início de sua vida profissional, Maria diz: "Eu sentia uma saudade tão grande, tão grande dos meus filhos. A gente quer servir aos filhos, né? Ver o que eles comem, preparar uma papa de manhã, o almoço, dar banho. Ver tudo bem alimentado. A gente quer cuidar da casa. Ser dona da minha casa".

O momento da aposentadoria representa para ela o tempo livre necessário para investir em atividades que lhe gratificam afetivamente, preservando-se enquanto pessoa. "Uma pessoa aposentada... há pessoas que se sentem inútil. Depende da idade que se aposenta. Depois de certa idade, é inútil. Devia ter uma época pra se aposentar. Pra ter prazer na aposentadoria. A gente se aposentava mais moço e podia aproveitar ainda. Mas, assim é uma aposentadoria sem prazer. Uma amiga minha com 70 anos teve um

derrame e voltou pra trabalhar. Já pensou? Tem que entender que o desgaste não começou ali, com a doença. O desgaste começou antes, muito antes. Sem alimentação boa, nessa idade e trabalhando... A doença só fez ele aparecer". Aposentando-se agora, Maria poderia também evitar esse desgaste. Nesse caso, a aposentadoria seria sua preservação não apenas afetiva, mas também física.

O período de não trabalho é utilizado por ela para a execução das tarefas domésticas ("ser dona da minha casa"). Para ela, a família (filhos, netos) parece ser a principal fonte de valorização, realização pessoal e poder. É com orgulho que Maria relata suas conquistas no que concerne à escolarização e à formação moral dos seus filhos ("Dois deles têm nível universitário e os outros têm nível médio de escolarização"). "Meus filhos hoje tudo é casado. Nunca tive nenhum preso ou na farra que o pessoal diga: olha, teu filho tá com problema com a polícia! A família toda reunida. Tudo me obedece".

Maria parece encontrar na família o que lhe é negado no trabalho: poder, valorização e reconhecimento. Deste modo, seu maior investimento se dá na família e seus projetos de vida são todos relacionados aos filhos e netos, ressaltando sempre a necessidade que eles têm de sua ajuda.

Identidade e Trabalho

Diante dos dados obtidos constata-se o impacto que tem a vida profissional na identidade do sujeito. Longe de representar um lugar de realização, de prazer, de sentimentos de valorização e poder, o trabalho repete (e assim reforça) no cotidiano os sentimentos de impotência, de culpa e de humilhação vividos pelo sujeito ao longo de sua história.

De fato, a história de Maria é indissociável do papel profissional. Ela parece já haver nascido na condição de empregada de alguém. Isto não lhe permitiu durante longos anos a experiência de poder sobre sua vida e sobre os acontecimentos. Sua casa não era sua, mas dos patrões. Sua mãe não era sua, mas empregada numa casa e não interferia em sua educação. Seus "pais de criação" não eram pais e sim seus patrões. Suas relações se desenvolvem assim sob o primado da ambivalência. A análise do TAT aponta para as dificuldades de investimento em suas relações, por desejá-las mas percebê-las ameaçadoras, portanto com significado ambivalente. Diante disto, ela cria relações de superproteção como mecanismo de formação reativa para a superação de conflitos.

Deste modo, as relações pessoais no trabalho são também vividas de forma ambivalente. Se por um lado ela faz referência ao bom relacionamento que mantém com os colegas, afirmando inclusive que é procurada por eles para ouvir seus problemas e dar conselhos, por outro lado, refere-se

constantemente ao desprezo e a humilhação vividos por ela nessas relações. Tais sentimento são atribuídos por ela ao preconceito existente com relação às funções que exerce e a sua falta de escolaridade. Para Maria uma boa formação escolar parece ser a única possibilidade existente de mudar sua situação sócio-econômica. Por ser mulher e analfabeta (mesmo tendo cursado até a 3ª série primária) poucas opções de trabalho lhe foram oferecidas. Observa-se em sua história a ausência de possibilidade de escolha profissional. No momento em que precisa garantir a sua sobrevivência, ela vai exercer funções de execução tradicionalmente femininas (lavadeira, zeladora), isto é, o trabalho passa a ser a extensão do "domínio privado", para retornar à expressão de Salem (1980), que caracteriza o domínio de atuação feminina em nossa sociedade. É importante ainda salientar, que o trabalho aparece em sua vida como exigência determinada pela necessidade de sobreviver. Desde o início o papel profissional é um meio de sobrevivência e não um lugar propiciador de realização pessoal.

Considerando-se o contexto social no qual se inscreve a história de vida de Maria com todas as suas características individuais, compreende-se os motivos que a levaram a suspender as atividades profissionais no início do casamento. Enquanto mulher ela deveria dedicar-se aos filhos, ao marido e à casa. Este deveria ser o seu universo de realização pessoal. Observa-se, por exemplo, a necessidade que tem o sujeito de reafirmar ao longo da entrevista a sua condição de mãe e dona-de-casa. No momento em que precisa trabalhar ela tenta conciliar o trabalho com a vida doméstica ("não deixava os filhos soltos na rua, nem com ninguém"). Ao exercer uma função fora do ambiente doméstico, Maria parece sentir-se culpada por ter "abandonado" os filhos e, numa tentativa de resgatar sua culpa, procura dar aos netos o que não pôde dar a eles ("Querida servir ao que é meu").

Essa afirmação de Maria parece também remeter a um sentimento de exclusão da atividade profissional, isto é, o trabalho aparece como exterior ao sujeito, algo que não lhe pertence e que não se apresenta como um prolongamento de si mesmo. "Servir ao que é dela" é servir à sua família, uma vez que durante toda sua vida profissional ela foi obrigada a servir ao que pertence a outros. Tais sentimentos são suscitados, segundo Seemans (1959), por uma atividade alienante.

Em um contexto de trabalho que não lhe permite a experiência de reconhecimento, de valorização pessoal e de poder, componentes básicos de estruturação e manutenção da identidade, ela investe na família como a única fonte de tais sentimentos, na tentativa de se manter enquanto sujeito. Sentindo-se responsável pela família, ela satisfaz suas necessidades de afeto, de sentir-se útil e valorizada. Os papéis de mãe, dona-de-casa e avó

parecem ser fundamentais na manutenção da identidade de Maria, o que é coerente com as expectativas sociais com relação à mulher.

Se analisarmos o universo do sujeito, podemos observar que seu tempo é dividido entre família e trabalho, não tendo espaço para o lazer. A família é investida como único meio de auto-realização, enquanto o trabalho parece se constituir de elemento de conflito. Por um lado, ele é concebido como fator de vida, crescimento individual e atividade natural a ser cumprida pela sobrevivência e, por outro lado, como elemento que se opõe a essa sobrevivência, uma vez que é também percebido como auto-agressor, causador de doenças, deficiências, invalidez e exaustão.

Diante desses significados ambivalentes que o trabalho assume para o sujeito, fica difícil investimentos dirigidos a auto-realização através do trabalho, o que limita e empobrece as energias canalizadas e dirigidas a estas atividades.

CONCLUSÃO

A sociedade oferece algumas alternativas de conduta e o sujeito, a partir de sua história de vida, buscará harmonizar o EU, o outro e as instituições, para se engajar enquanto ator e autor social.

O papel profissional, por suas características na sociedade em estudo, aparece aqui, a nível individual, como uma fonte privilegiada de satisfação das necessidades de reconhecimento, de prestígio e poder, se a atividade é valorizada socialmente. Ele pode, no entanto, representar fontes de reforço dos sentimentos de impotência, de desvalorização e de não-reconhecimento do sujeito enquanto pessoa e ator social. É o que acontece em geral em situações de trabalho como as de "Maria" por exemplo. Longe de possibilitar a satisfação de necessidades vitais à manutenção da identidade, essas situações de trabalho reforçam no cotidiano sentimentos de impotência, desvalorização e não-realização pessoal. Um universo de trabalho assim constituído representa apenas um "lugar de recuo estratégico" (Sainsaulieu, 1985), impossibilitando um maior investimento por parte do sujeito que buscará, então em outros grupos sociais a satisfação de suas necessidades e desejos, a manutenção de sua identidade.

SUMMARY

SANTOS, M. de F. e SANTOS, E.A. *Identity and work: a case study. Estudos de Psicologia*, 10(3): 57 - 72, 1993

This research assumed a biographic orientation in the collecting of its data. The emphasis on the professional roles as an object of analysis is part of a conception that deems it of great importance in individual self fulfillment needs; since in our socio-cultural environment work is of outstanding importance. As social demands over professional role becomes a central element of the individual's identity they must be studied in their articulation: individual history - his needs, desires, and conflicts - and social expectation. This relationship between work and identity has been analysed through response of subjects by means of interviews and TAT (Thematics Aperception Test). Social and personality factors were studied in relation to each other. It will be shown a case - one among five that have been investigated - of a 63-years-old woman that worked as servant in a public high school.

Key words: professional role; personal identity; biographic methodology

BIBLIOGRAFIA

- CLAPIER - VALLADON, S. - Le récit de vie -une nouvelle orientation de la recherche en Sciences Humaines. Pour une contribution de la psychologie. In Bulletin de Psychologie, Tome XXXVI, n° 361, 1982-1983, pp. 717-722.
- GUERRA, A. - O Teste da Apercepção Temática: uma proposta de análise e interpretação-padronização de respostas, RJ, CEPAC, 1985.
- MALRIEU, P. - "L'Identité: des notions au concept", In: La Pensée, n° 226, 1982, pp. 13-28.
- MOSCOVICI, S. - "Le domaine de la Psychologie Sociale" in Moscovici (org.) Psychologie Sociale, Paris, P.U.F., 1984.

- MOSCOVICI, S. - "Introduction in Moscovici, S. - *La Machine à Faire des Dieus*, Paris, Fayard, 1988, pp. 77-88.
- ROCHEBLAVE-SPENLÉ, A-M. - *La Notion de Rôle en Psychologie Sociale*, Paris, P.U.F., 1969.
- SAINSAULIEU, R. - *L'Identité au Travail*, Paris, Presse de la ondaton Nationale des Sciences Politiques, 1985, 2^a ed. revista e aumentada.
- SALEM, T. - *O Velho e o Novo*, Rio de Janeiro, Vozes, 1980.
- SANTOS, M.F. - *L'Identité à la Retraite*, Tese de Doutorado da Université de Toulouse - Le Mirail, Atélier National de Divulgateon des Thèses, Lille, 1986.
- SANTOS, M.F. - *Identidade e Aposentadoria*, São Paulo, E.P.U., 1990.
- SEEMAN, M. - On the Meaning of Alienation in American Sociological Review, 1959, n° 24, pp. 783-791.
- TAP, P. - "Relations Interpersonnelles et gènese de l'identité" in Homo XVIII-XIX, 1979, tomo XV, fasc. 2, pp. 7-43.
- ZAVALLONI, M. - "L'Identité psychosocial, un concept à la recherche d'une science", In Moscovici, S. (org.) - *Introduction à la Psychologie Sociale*, Tomo II, Paris, Librairie Larousse, 1973, pp. 245-265.
- ZAVALLONI, M. - Identité sociale et éco-égologie, Vers une science empirique de la subjectivité in Tap, P (org.) - *Identités Collectives et Changements Sociaux*, Toulouse, Privat, 1979, pp. 195-209.